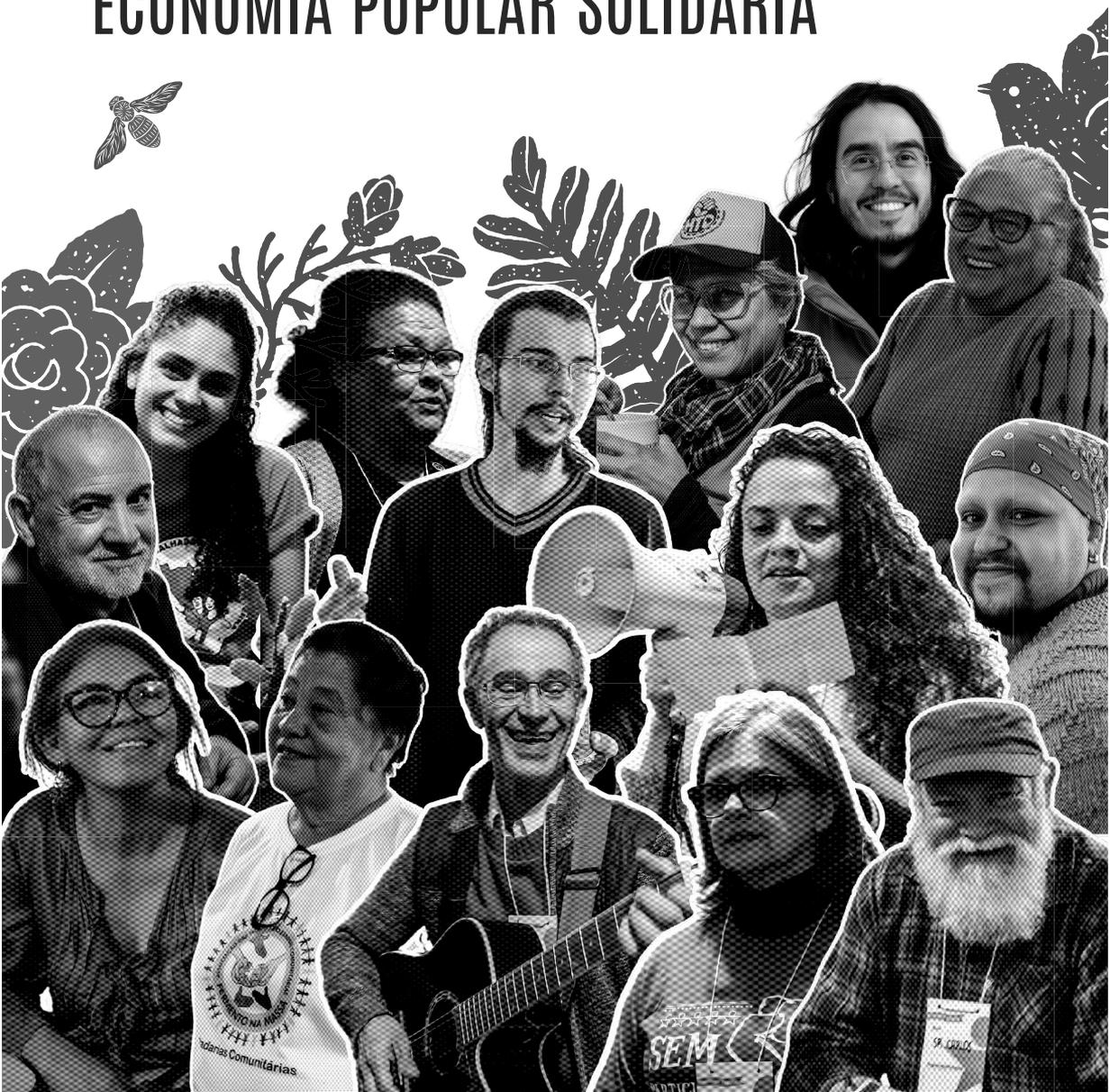


QUE MUNDO ESTAMOS CONSTRUINDO?

ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA



**ESCOLA DE FORMAÇÃO BÁSICA MULTIPLICADORA
DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA**



Termo de Fomento 6698/2023

Série
História Social Do Trabalho
Caderno 5

Que Mundo Estamos Construindo?
Economia Popular Solidária

Escola De Formação Básica Multiplicadora
Da Economia Popular Solidária
2024



Termo de Fomento 6698/2023 Celebrado
entre CEFURIA e FAS - Fundação de
Ação Social de Curitiba

Texto: Gisele Carneiro

Revisão Do Texto: Lucas Paulatti Kassar

Capa: Rayane Costa

Diagramação: Roger Luiz Pereira Da Silva

Fotos: Emerson Nogueira, Gisele Carneiro, Leandro Taques, Maria
Francelino, Ibanes Lemos, Fernan Silva, Pedro Carrano

ECONOMIA SOLIDÁRIA: QUE MUNDO ESTAMOS
CONSTRUINDO?

Caderno 5 da Série História Social do Trabalho

Subsídio referente à quinta etapa da Escola de
Formação Básica Multiplicadora da Economia Popular
Solidária



institucional.cefuria@gmail.com

(41) 3225-5582 / (41) 3322-8487

<http://www.cefuria.org.br/>

2ª edição

Curitiba, 01 novembro de 2024

IMPRESSO POR LUNAGRAF GRÁFICA E EDITORA

Sumário

apresentação.....6

primeira parte: o que é economia solidária?.....7

Capitalismo..... 7

Trabalho..... 9

Autogestão.....12

Solidariedade.....15

E o meio ambiente?.....17

segunda parte: como a economia solidária se manifesta? 20

Empreendimentos econômicos solidários.....20

Cooperativas populares.....20

Associações de economia solidária21

Grupos informais22

Redes de economia solidária23

Cadeias produtivas solidárias23

Finanças solidárias24

Trocas solidárias.....25

Entidades de apoio e fomento à economia solidária...25

Gestores públicos.....26

Consumo solidário26

O que não é economia solidária?27

terceira parte: história da economia solidária..... 29

Economia Solidária sempre existiu, com outros nomes29

Economia solidária como resistência ao capitalismo...30

Economia solidária no Brasil.....31

Vamos nos dar as mãos para continuar essa história? .35

Referências37

A solidariedade caminha de mãos dadas com a consciência crítica. Eu não consigo imaginar o mundo melhorando se nós não adotarmos,

realmente, o sentimento da solidariedade e não nos tornarmos imediatamente um grande bloco de solidariedade, se nós não lutarmos pela solidariedade. [...] A solidariedade tem que ser construída em nossos corpos, em nossos comportamentos, em nossas convicções.

FREIRE, Paulo.

apresentação

Este caderno apresenta informações e reflexões sobre a economia solidária, um movimento social que tem crescido nas últimas décadas no Brasil e no mundo.

O que é economia solidária? Quais suas características? O que defende? Qual é a sua história? Como ela se apresenta na sociedade? Como participar? Por que participar? Quais são os desafios que se apresentam? Refletiremos sobre estas e outras questões com base no acúmulo produzido pelo movimento da economia solidária ao longo dos anos.

Um importante marco que simboliza a potência da economia solidária e impulsionou o seu desenvolvimento na história recente foi a oficina que ocorreu no ano de 2001, durante o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre¹, com cerca de 1.500 participantes. Foi surpreendente a quantidade de pessoas de vários países ocupando um espaço físico que mal as comportava, ansiosas por discutirem uma outra economia necessária em um outro mundo possível². A partir deste evento marcante a economia solidária se expandiu até tomar a forma de política pública.

Para uma leitura mais dinâmica e didática, este caderno está dividido em três partes. Na primeira, abordamos o que é a economia solidária a partir da compreensão do capitalismo, do trabalho, da autogestão, da solidariedade e do cuidado com o meio ambiente. Na segunda parte, fazemos um levantamento das formas diversas como a economia solidária se apresenta na atualidade, com destaque para experiências existentes no Estado do Paraná. Por último, abordamos uma breve história da economia solidária, com ênfase na trajetória brasileira e na construção de políticas públicas, que são importantes conquistas do movimento.

Ao final do caderno há uma lista de referências para pesquisa e aprofundamento. Algumas referências estão indicadas em notas de rodapé para consulta.

Que você, leitora e leitor, possa conhecer, divulgar e participar desta outra economia que busca espalhar vida, solidariedade e esperança aos seres humanos e busca restaurar e cuidar da nossa casa maior, o planeta Terra.

1 Fórum Social Mundial é um evento anual que se contrapõe ao Fórum Econômico Mundial, repleto de análises críticas ao capitalismo e construção de alternativas. A primeira edição ocorreu em 2001, em Porto Alegre.

2 Veja que a economia solidária está em todo o mundo. Para saber mais, acesse: <https://www.rpess.org/?lang=en>.

primeira parte: o que é economia solidária?

Para responder à pergunta, reproduziremos aqui as vozes de pessoas de todo Brasil, que têm se organizado há algumas décadas em torno do desenvolvimento da economia solidária:

Economia solidária é um contraponto ao capitalismo. É uma forma diferente de organizar o trabalho, onde não temos patrão e nem empregado, o trabalho é coletivo e autogestionário e a nossa preocupação é com as pessoas, com a vida, com o meio ambiente e não com os lucros.

Esta definição foi elaborada na V Plenária Nacional de Economia Solidária, realizada no ano de 2012, ocasião na qual participaram cerca de 600 pessoas³.

Podemos aprofundar a compreensão de economia solidária refletindo sobre alguns dos conceitos presentes na definição acima: capitalismo, trabalho, autogestão, solidariedade e preocupação com o meio ambiente.

Capitalismo

O nome capitalismo vem de *capital*, que pelo dicionário significa “conjunto de bens composto por dinheiro e propriedades que um indivíduo ou instituição possui”. O sufixo *ismo* significa doutrina ou sistema. Então, a junção de capital + ismo significa sistema ou doutrina que valoriza o dinheiro e a propriedade⁴.

O capitalismo, compreendido como doutrina do dinheiro e da propriedade, tem uma forma própria de ver, ser e agir no mundo, que é transmitida de geração em geração. No capitalismo são propagados valores como a competição, o individualismo e a hierarquia. No capitalismo o objetivo da vida parece ser apenas a acumulação de capital.

Quando se diz que a economia solidária é uma forma diferente de organizar a vida e o trabalho que se contrapõe ao capitalismo, significa que ela rejeita os pilares que sustentam o capitalismo e constroi outros pilares. A hierarquia nas relações que sustenta o capitalismo dá lugar à gestão compartilhada na economia solidária. O *motor*, o impulso que faz as pessoas se movimentarem e evoluírem, deixa de ser a obtenção do lucro e passa a ser a promoção e valorização da vida, o chamado *bem*

3 Esta citação se encontra na página 28 do relatório final da V Plenária Nacional de Economia Solidária, disponível em: <https://fbes.org.br/download/v-plenaria-nacional-de-economia-solidaria/>.

4 Disponível em <https://etimologia.com.br/capitalismo/>

Que Mundo Estamos Construindo? Economia Popular Solidária

viver que é a convivência harmoniosa e comunitária dos seres humanos entre si e com os demais seres e elementos da natureza. A competição dá lugar à solidariedade e o individualismo é substituído pela coletividade e cooperação.

No modo de produção capitalista busca-se transformar tudo em mercadoria: pessoas, animais, recursos naturais etc. Os bens que a natureza sempre ofereceu de graça, que existem em abundância e deveriam ser de acesso universal, passam a ser precificados. A água mineral é engarrafada e vendida. A terra é cercada e transformada em propriedade privada. As árvores são vistas apenas como madeira a ser utilizada para obter lucro. No capitalismo as pessoas são consideradas mercadoria, porque só servem se forem úteis para a geração de lucro a partir de seus trabalhos. O termo “mão-de-obra”, nos traz a seguinte ideia: “dessas pessoas, queremos somente as mãos para fazerem o trabalho que não desejamos fazer”. Não interessa a vida, a alma, o sentimento, as necessidades, os sonhos enquanto ser humano. Importa somente o lucro que será gerado por meio de um trabalho subvalorizado.

O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, já que segundo dados de 2023 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA apenas 1% da população mais rica detém 28,3% da renda total do país⁵.

Como é bem simbolizado na dinâmica do pão durante a última etapa da Escola de Formação Básica Multiplicadora em Economia Popular Solidária do CEFURIA de 2024 (fotos abaixo), uma grande parte da população brasileira tem “os pratos vazios”, quando representamos a riqueza do país em pedaços de pão.



⁵ Ver em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13909-estudos-revelam-impacto-da-redistribuicao-de-renda-no-brasil>.



Na economia solidária buscamos “compartilhar o pão”. Sonhamos e praticamos um trabalho que se realiza com amor, como um ato de criação, de cuidado, solidariedade e cooperação, que garanta as condições de vida digna em sociedade. Os bens materiais, a moradia, o transporte, o alimento e tudo o que se necessita para viver de forma digna, tornam-se consequência do trabalho realizado e um direito da própria condição de ser humano que a sociedade deve assegurar.

Trabalho

O trabalho é central na vida humana. Por meio do trabalho as pessoas interagem com a natureza e com outros seres humanos para satisfazerem suas necessidades individuais e coletivas. Nas relações sociais desenvolvidas no trabalho, o ser humano transforma o entorno e a si próprio, aperfeiçoando suas capacidades e adquirindo outras, em um ato de criação e liberdade.

Diferentemente dos animais, nós, seres humanos, temos a capacidade de projetar o resultado do trabalho na nossa mente antes de iniciarmos alguma atividade. Imaginamos e fazemos previsões de possíveis e diferentes resultados de nosso trabalho, relacionando mentalmente os produtos que serão gerados e as condições e insumos necessários.

Com o capitalismo, o trabalho humano foi se tornando uma mercadoria a ser disponibilizada para aumentar os lucros das elites econômicas. A criatividade e a capacidade humana de liberdade e criação foi reprimida, produzindo-se relações sociais desiguais e de opressão. O trabalho se tornou alienado e fragmentado. No chão de fábrica, por exemplo, as pessoas só executam e conhecem uma parte do trabalho que

desenvolvem, não conseguem e não possuem o direito de enxergar o todo e são impedidas de usar sua criatividade. Além disso, os trabalhadores e trabalhadoras não têm poder de decisão sobre o que fazem, porque os comandos sobre o que, como, para que e para quem produzir, vêm de fora, dos que possuem os meios de produção e seus representantes, como gerentes, diretores etc⁶.

Quem atua numa fábrica não se sente protagonista do que foi produzido, pois o resultado do trabalho não lhe pertence. O resultado do trabalho é estranho a quem o produziu, pois este só conhece e se envolve com uma parte do processo de produção, tornando o produto um ente mágico, um objeto de desejo, que dificilmente quem produziu poderá possuir. Um exemplo que podemos citar é uma fábrica de automóveis de luxo. Quem trabalha na linha de produção não possui um exemplar do automóvel que produz, não sabe produzir todo o automóvel e nem possui os equipamentos, as ferramentas e a tecnologia necessária à produção do automóvel. A matéria prima foi extraída da natureza, com equipamentos e tecnologia que somente os donos do capital possuem.

Além de gerar um trabalho alienado e fragmentado, o capitalismo busca promover a divisão e individualização dos trabalhadores e trabalhadoras. Quando estamos divididos e individualizados nos tornamos cada vez mais frágeis para conseguir lutar por nossos direitos, conseguir lutar por um trabalho e uma vida mais digna para todas as pessoas.

Atualmente é comum o processo de terceirização do trabalho por meio de plataformas digitais, como por exemplo Uber, iFood e GetNinjas, em que diversos trabalhadores prestam serviço de transporte de passageiros e de alimento, ou mesmo de jardinagem, limpeza doméstica e pequenas obras residenciais, sem qualquer vínculo empregatício, sem direito à aposentadoria, férias, seguro saúde ou contra acidentes. Como escutamos por aí nas propagandas e mídias hegemônicas, esses trabalhadores/as de aplicativo são “empreendedores de si”, que se lançam diariamente à própria sorte para sobreviver, competindo com diversas outras pessoas pela chance de um trabalho mal remunerado e incerto. Esse processo de plataformação digital do trabalho, que vem se ampliando às mais diversas categorias de trabalho, denomina-se uberização⁷.

6 Sobre a alienação e exploração do trabalho, ler as obras de Karl Marx referenciadas ao final do texto.

7 Para compreender melhor sobre a uberização, indicamos o texto de Souza (2024), publicado no site do Instituto Humanitas Unisinos (IHU), referenciado ao final da cartilha.



Foto da mística realizada em uma das etapas da Escola de Formação Básica Multiplicadora em Economia Popular Solidária do CEFURIA de 2024, quando se fez uma representação da realidade dos entregadores de aplicativos, que são fortemente explorados nesta fase atual do capitalismo.

“Carregar comida nas costas de barriga vazia - não é uma dor minha, é uma dor geral! Por que não criar um aplicativo para resolver os problemas das pessoas? Por que aplicativo para ficar milionário?”⁸

Para compreender esta realidade do trabalho é fundamental considerarmos a influência do empreendedorismo no contexto atual do capitalismo, que assume a meritocracia, ou seja, o esforço individual como requisito único para o sucesso. Independente das condições materiais, físicas e psicológicas, dos privilégios ou dificuldades de cada sujeito, o indivíduo deve “se virar”, se responsabilizando por sua formação, custos e necessidades para exercer sua profissão frente a um ambiente de

⁸ Palavras de Paulo Galo, o Galo de Luta do Movimento de Entregadores Antifascistas, extraída de um vídeo produzido pela Folha de São Paulo em 2021 e disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ttciccleoIg>.

trabalho cada vez mais competitivo.

No entanto, o mesmo empreendedorismo é marcado pela exclusão. Através da responsabilização individual pela busca por alternativas para sobreviver na selva do dia-a-dia, seja no meio rural ou nos centros urbanos, intensificam-se as desigualdades sociais, o aumento da pobreza e a exploração da força de trabalho, que é ainda mais acentuada em países localizados na periferia do sistema capitalista, como o Brasil.

Autogestão

Na economia solidária não existe patrão e nem empregado, existe trabalho associado, cooperado e coletivo. Não há salário, mas sim partilha dos resultados do trabalho coletivo. As reuniões, assembleias, encontros formativos e eventos diversos fazem parte do cotidiano de quem atua com economia solidária e essas atividades são consideradas trabalho também.

Cada integrante de um coletivo possui sua própria concepção de mundo, suas próprias ideias, experiências, sua própria história, cultura, condições de vida, sua interpretação e posicionamento diferenciado a respeito das diversas situações que se apresentam. Para que ocorra a autogestão em um coletivo, as diferenças e divergências entre as pessoas podem ser acolhidas, legitimadas e refletidas pelo coletivo de forma fraterna. Os conflitos surgem naturalmente, em qualquer espaço, mas na economia solidária precisamos nos desafiar a lidar com eles de forma serena, buscando o aprendizado e crescimento mútuo.

Conforme o relatório final da VI Plenária Nacional de Economia Solidária, publicado em 2022 pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES,

A autogestão pressupõe a democratização das relações sociais entre todos que integram o coletivo, desde a decisão sobre o processo de produção, a escolha daqueles que vão representar o empreendimento por determinado período, as coordenações dos grupos de trabalho, etc. Para essa participação ampliada, o acesso a todas as informações é fundamental, assim como a discussão das relações que o grupo estabelece com a comunidade e outros parceiros externos ao empreendimento (FBES, 2022, pág. 31).

Com base na citação acima, vemos que na economia solidária é preciso exercer não só um trabalho específico de produção ou prestação de serviços, mas também conhecer e se envolver no todo do processo de trabalho, do próprio coletivo que faz parte e do movimento de economia solidária, dentro e fora do espaço de atuação.

É necessário participar dos encontros, reuniões, nos quais são discutidas questões que dizem respeito a todas as pessoas que integram o coletivo e representa este coletivo que faz parte, de forma alternada com outras pessoas do grupo, em instâncias maiores de atuação e articulação como fóruns, conselhos, conferências, redes, formações etc.



Escola de Formação Básica Multiplicadora em Economia Popular Solidária do CEFURIA de 2024.

Se alguém do empreendimento econômico solidário escolher não participar de reuniões do grupo em que participa e de espaços de representação deste grupo, como exemplificado acima, não terá como emitir sua opinião ou influir em aspectos que julgue serem relevantes para a melhoria do trabalho. Da mesma forma, se o próprio empreendimento se isolar e não se relacionar com outros grupos e movimentos sociais, vai enfraquecer a si e ao movimento, porque a potência da economia solidária se encontra na participação e conexão entre os vários sujeitos e coletivos.

A autogestão envolve a gestão compartilhada e transparente dos recursos financeiros, materiais e imateriais dos empreendimentos, de forma a evitar que haja desperdício, destinação inapropriada dos recursos ou divisão não solidária do resultado do trabalho coletivo. Este é um grande desafio, porque nem todas as pessoas têm facilidade para lidar com finanças e no dia-a-dia poucos se envolvem no controle de “entradas” e “saídas” de dinheiro. Que seja rompido o “tabu” do sigilo material, comum no modo de produção capitalista, para se enfrentar o diálogo fraterno e respeitoso com base nos números.

Autogestão envolve planejamento para decidir coletivamente aspectos essenciais e responder algumas perguntas, como por exemplo:

(1) Produção: o que, como, onde, que quantidade produzir, que preço praticar?

(2) Matéria prima e equipamentos: o que comprar, onde e quando comprar, com qual recurso, quem se responsabiliza pela compra e como/ quando se presta contas ao coletivo sobre a compra?

(3) Divisão: como compartilhar de forma justa e solidária as sobras e demais recursos financeiros do empreendimento? A partilha será semanal? Quinzenal? Mensal?

(4) Investimento: Fazer poupança para ter capital de giro? Qual valor? Em qual banco será depositado?

(5) Outras decisões coletivas estratégicas, sempre visando renda digna a todas pessoas que trabalham, o bem viver coletivo e o fortalecimento da economia solidária.

Geralmente é preciso formação na área de gestão financeira solidária para que os empreendimentos econômicos solidários sejam sustentáveis. As entidades de apoio e fomento à economia solidária, em geral, contribuem neste sentido.

Importante lembrar que a autogestão vai além das práticas de gestão administrativa e financeira compartilhada nos coletivos de trabalho. Ela contribui para promover a participação popular nos diversos espaços sociais, como aqueles nos quais são definidas as políticas públicas. Podemos citar como exemplo, a participação nos conselhos de direitos humanos, conferências, fóruns entre outros.

Autogestão é uma prática que exige considerável esforço de escuta, diálogo, paciência e insistência, mas é gratificante, porque crescemos como seres humanos e lembramos que somos importantes na sociedade e em sua transformação. Percebemos que nossa palavra e nossas ações têm valor e têm peso e que a nossa participação promove benefícios coletivos, pois contribuimos para fortalecer a geração de trabalho e renda no nosso empreendimento e ainda tornamos mais potente o movimento de economia solidária. Paul Singer (1931-2018), uma importante referência para o movimento de economia solidária, dizia que a autogestão representa a redenção do trabalhador e da trabalhadora (SINGER; SOUZA, 2000).

No relatório final da III Conferência Nacional de Economia Solidária, que ocorreu no ano de 2014 (FBES, p. 16), encontramos ainda a seguinte definição de autogestão:

A autogestão é uma característica fundamental da economia solidária, e que assume concretude em um conjunto de práticas democráticas nas decisões estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, contribuindo para a emancipação do trabalho ao tornar cada pessoa associada consciente e corresponsável pelos interesses e objetivos que são assumidos coletivamente.

Na economia solidária, todas as pessoas têm a mesma importância, diferentemente da hierarquia rígida e desigual presente nas empresas capitalistas, que estabelece que algumas pessoas têm mais privilégios e poder de decisão do que outras.

O patriarcado é uma das faces da hierarquia e se mostra por meio da relação na qual os homens se sobrepõem às mulheres, que são a eles subordinadas. A economia solidária é uma economia feminista, porque rejeita o patriarcado e busca assegurar direitos iguais.

Solidariedade

Solidariedade é um termo que leva a muitas interpretações. A fala de Paulo Freire na abertura deste caderno relaciona solidariedade com consciência crítica e aponta a necessidade de sua interiorização prática em nossos corpos, nossos comportamentos, compromissos e convicções.

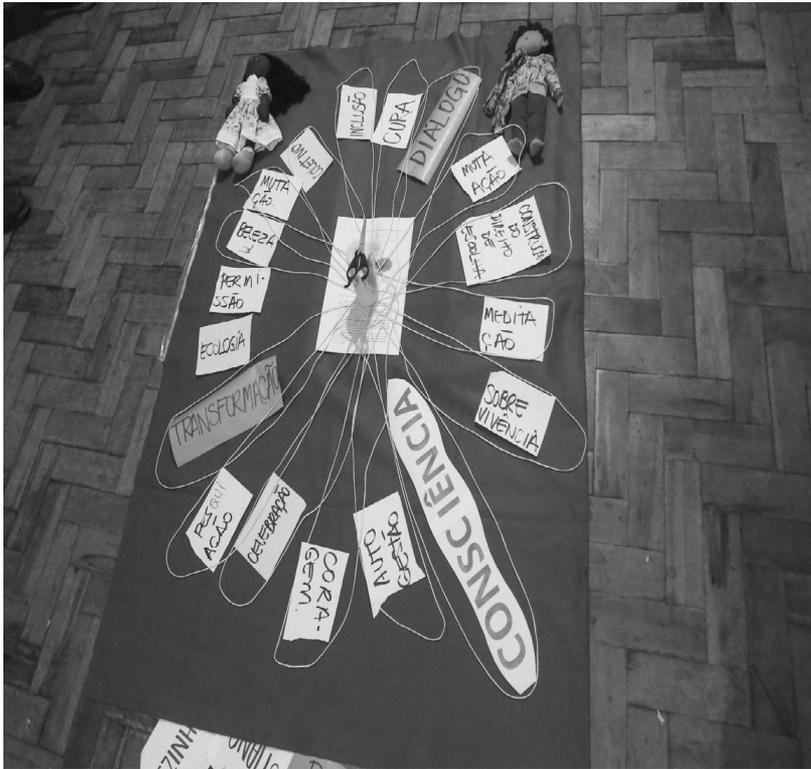


Foto da mística realizada em uma das etapas da Escola de Formação Básica Multiplicadora em Economia Popular Solidária do CEFURIA de 2024

A noção de solidariedade que está expressa no I Plano Nacional de Economia Solidária, produzido pelo Conselho Nacional de Economia Solidária no ano de 2015, dialoga com o pensamento de Paulo Freire e aponta para uma perspectiva abrangente e assertiva da solidariedade sobre a economia:

Que Mundo Estamos Construindo? Economia Popular Solidária

Solidariedade expressa a justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável local, territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar de consumidores/as; e no respeito aos direitos dos trabalhadores/as (CNES, 2015, pg. 41-42).



Foto registrada durante atividade de clube de trocas intergeracional na Comunidade Sabará, em Curitiba, 2024

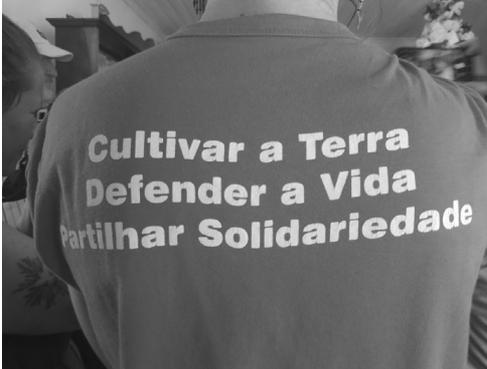
E o meio ambiente?

A economia solidária tem como um dos seus compromissos a proteção ambiental. Por isso, são desenvolvidas atividades econômicas que preservam e cuidam dos recursos naturais, restauram os biomas degradados e evitam causar impactos negativos no meio ambiente.

É possível produzir alimentos respeitando a biodiversidade do planeta, a nossa casa comum. A agroecologia e a agrofloresta são formas sustentáveis de produção agrícola inseridas na economia solidária e muito contribuem para fornecer à população uma grande diversidade de alimentos saudáveis e ao mesmo tempo cuidar dos recursos naturais e dos seres vivos.



Foto da inauguração da Casa de Sementes Crioulas na Escola Latino Americana de Agroecologia - ELAA, no Assentamento Contestado, no município da Lapa/PR, 2023.



A comunidade agroflorestal José Lutzemberger (fotos acima), localizada em Antonina/PR em um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), recebeu em 2017 o prêmio Juliana Santilli de proteção e recuperação da agrobiodiversidade na Mata Atlântica. Em 2022, a comunidade conquistou definitivamente o direito à terra, após 21 anos de luta e resistência, sendo um importante exemplo de sustentabilidade ambiental com produção agroecológica e agroflorestal.

As hortas urbanas comunitárias também expressam iniciativas de produção de alimentos, trabalho e renda de forma cooperada, autogestionária e com atenção à preservação ambiental.



Fotos de oficinas de capacitação profissional em horta comunitária desenvolvidas pelo Cefuria em 2024 na Comunidade Nova Esperança, em Campo Magro, Região Metropolitana de Curitiba

Que Mundo Estamos Construindo? Economia Popular Solidária

Além de propor modos alternativos de produção que respeitam a biodiversidade, a economia solidária possui como princípio o cuidado com a natureza, pois também promove o consumo consciente, a redução do uso de materiais descartáveis e, especialmente, porque reconhece e fortalece o trabalho de catadores e catadoras de materiais recicláveis, responsáveis pela coleta e correta destinação de resíduos sólidos nos centros urbanos, e o trabalho dos povos indígenas, quilombolas e comunidade tradicionais em modo geral, historicamente responsáveis pela preservação das florestas, campos e águas do planeta.

segunda parte: como a economia solidária se manifesta?

A economia solidária é construída pelos empreendimentos econômicos solidários (EES), que produzem e prestam serviços e recebem apoio das entidades de apoio e fomento (EAFs).

Empreendimentos econômicos solidários

Os grupos que se reúnem para o trabalho coletivo são chamados de empreendimentos econômicos solidários (EES) e podem desenvolver atividades diversas, como artesanato, confecção, agricultura, artes, terapias, trocas, prestação de serviços, finanças solidárias, comércio justo, alimentação e muitas outras.

Vamos conhecer alguns segmentos da economia solidária?

Cooperativas populares

São empreendimentos econômicos solidários com fins econômicos e uma figura jurídica formalizada, possuem um estatuto social e praticam os princípios do cooperativismo⁹. Podemos citar como exemplo, no Paraná, a Cooperativa Terra Livre da reforma agrária, a Copasol Curitiba da agricultura familiar, além da Coopercom, uma cooperativa de trabalhadores/as da área da comunicação popular.



⁹ São princípios do cooperativismo: adesão voluntária e livre; gestão democrática pelos associados; participação econômica dos associados; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação; compromisso com a comunidade local.



Associações de economia solidária

As associações da economia solidária são organizações também formalizadas juridicamente, que seguem uma legislação mais flexível por não terem finalidade econômica, e que muitas vezes agregam empreendimentos menores a fim de fortalecê-los. Podemos citar a Associação Utopia de Produtos e Serviços para o Bem Viver, a Associação Feira Permanente de Economia Popular Solidária, a Associação de Padarias e Cozinhas Comunitárias Fermento na Massa e a Associação Maria Rosa de Anunciação da Rede Ecovida, que atua com certificação orgânica participativa.

Que Mundo Estamos Construindo? Economia Popular Solidária



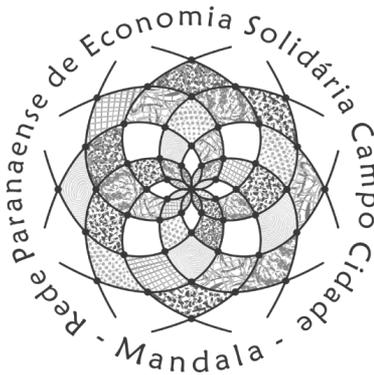
Grupos informais

Pela falta de uma legislação adequada à realidade da economia solidária no Brasil, muitos empreendimentos econômicos solidários mantêm sua atuação de produção e comercialização na informalidade. Para constituir uma cooperativa, ou mesmo uma associação, são necessárias condições organizativas e financeiras que muitas vezes um coletivo de economia solidária não possui, mas nem por isso deixa de estar fazendo economia solidária.

Uma outra possibilidade desses coletivos informais conquistarem algum grau de formalização e se fortalecerem é se juntando com outros coletivos e formando redes de economia solidária.

Redes de economia solidária

Dentre as distintas formas de organização do movimento de economia popular solidária, está a organização em redes. As redes são conjuntos de empreendimentos econômicos solidários que se agregam para fortalecimento mútuo. Como exemplo, aqui no Paraná, temos a Rede Paranaense de Economia Solidária Campo Cidade - Rede Mandala e a Rede Saúde Mental e Economia Solidária - Rede Libersol.



Cadeias produtivas solidárias

São empreendimentos ou redes de empreendimentos econômicos solidários que se conectam para desenvolver atividades em todas as fases de produção, desde a produção da matéria prima até o produto final a ser consumido.

Uma cadeia produtiva da economia solidária bastante conhecida é a Justa Trama, marca da cadeia produtiva do algodão agroecológico, que articula e integra empreendimentos desde o plantio, transformação, produção e comercialização. Está presente em 5 estados brasileiros e conta com cerca de 700 cooperados/associados, mulheres e homens agricultores, fiadores, tecedores, artesãos, coletores e beneficiadores de sementes.



Finanças solidárias

Incluem-se nesta categoria principalmente os bancos comunitários, que buscam gerar trabalho e renda através de produtos e serviços financeiros de menor custo de mercado e assim promover o desenvolvimento econômico e social local de forma sustentável. No Brasil existe a Rede Brasileira de Bancos Comunitários - RBBC, com cerca de 103 bancos presentes em todas as regiões.



O Banco Palmas faz parte da RBBC e foi o primeiro banco comunitário brasileiro, fundado em 1998, pela Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP), um bairro com 30.000 habitantes, localizado em Fortaleza, Ceará. O objetivo da criação do banco foi o de implementar ações de desenvolvimento local e de inclusão social, que justificam o motivo do banco ser considerado hoje uma das principais experiências de economia solidária no Brasil.

Os bancos comunitários utilizam uma moeda social que substitui a moeda oficial e simboliza a solidariedade na economia. As moedas sociais costumam surgir em comunidades pequenas com o objetivo de fazer com que o dinheiro circule pela própria comunidade. Nas imagens acima temos a moeda social mumbuca, implementada como política pública no município de Maricá, no Rio de Janeiro.

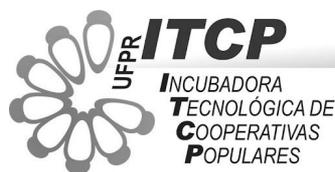


Trocas solidárias

São experiências de fortalecimento comunitário nas quais as pessoas se reúnem para conversar, aprender, ensinar e trocar produtos, serviços e afetos, de forma solidária, utilizando ou não uma moeda social.

A imagem abaixo é da inauguração em maio de 2024, do primeiro clube de trocas solidárias no Centro Intergeracional Divina Misericórdia - CIDM, na comunidade Sabará, no bairro CIC, em Curitiba/PR.

Entidades de apoio e fomento à economia solidária



As entidades de apoio e fomento à economia solidária (EAFES) são organizações sem fins lucrativos que fortalecem os empreendimentos de economia solidária com projetos, formações, assessorias, acompanhamento, financiamentos etc. Atuam no meio rural e/ou urbano.

No Paraná, podemos citar como exemplo de Entidades de Apoio e Fomento;

(1) Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo - Cefuria - Organização da Sociedade Civil (OSC) que desde o final da década de 1990 apoia as organizações de economia solidária no estado do Paraná.

(2) Incubadora de Economia Solidária da UTFPR - Tecsol - vinculada à Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Atua com ensino,

Que Mundo Estamos Construindo? Economia Popular Solidária

pesquisa e extensão em economia solidária.

(3) Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - ITCP - vinculada à Universidade Federal do Paraná (UFPR), é um programa de extensão e pesquisa universitária com foco na economia solidária.

Gestores públicos

Gestores públicos de economia solidária são os servidores e servidoras públicas municipais e estaduais que se responsabilizam por executar a política de economia solidária e se organizam em uma rede, chamada Rede de Gestores de Economia Solidária.



Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária

Consumo solidário

Quem não participa de empreendimentos econômicos solidários ou de entidades de apoio pode fazer parte da economia solidária praticando o **consumo solidário**.

Quando adquirimos produtos e serviços da economia solidária, estamos contribuindo para que o movimento cresça e se fortaleça.

Fotos da 2ª Festa de Economia Solidária de Curitiba em 2019





Foto do 5º Arraiá na Associação Moradias Sabará I, no bairro CIC, em Curitiba/PR.

Pratique o consumo solidário! Compre produtos e contrate serviços de quem trabalha com a economia solidária! Assim, você contribui com o fortalecimento de uma economia diferente, que busca construir justiça social e bem viver!

O que não é economia solidária?

O termo “economia solidária” é recente, mas as práticas de trabalho coletivo e autogestionário são milenares. Em outros países existem outras denominações, como por exemplo, economia social. Mais do que o nome, é importante compreender que a economia solidária questiona

e denuncia o modo de produção capitalista, hierárquico e desigual e, por isso, não se confunde com práticas que com ele se afinizam.

O termo “empreendimento econômico solidário” é adotado nacionalmente para designar os coletivos que atuam na economia solidária. Não deve ser confundido com “empreendedorismo”, um termo que carrega em si o mito de que o sucesso profissional é decorrente apenas de esforço pessoal e mérito individual, independente das condições materiais, físicas e psicológicas, dos privilégios ou dificuldades de cada sujeito. Na visão do empreendedorismo, seja você um ciclista entregador de Ifood, seja um empresário que nasceu bilionário, todo mundo é patrão de si mesmo e basta desenvolver um “espírito empreendedor” para enriquecer e crescer na vida.

*“A ideia de que você é o patrão de si mesmo hoje é uma grande falácia. Queremos montar a cooperativa e mostrar para os trabalhadores que existe a força de trabalho sem o patrão. O patrão é que não existe sem a força de trabalho”.*¹⁰

Segundo a Carta de Princípios produzida em 2003 pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES, a economia solidária não surge para resolver os problemas gerados pelo capitalismo, como um “tapaburaco” da desigualdade, da pobreza e da exploração humana e ambiental. Não tem a pretensão de substituir o Estado nas suas obrigações e nem de inibir o protagonismo da classe trabalhadora na luta por seus direitos.

Segundo o relatório final da V Plenária Nacional de Economia Solidária que ocorreu no ano de 2012, é preciso

ter cuidado com a expressão de práticas e iniciativas que dizem fazer economia solidária, mas que na prática são contrárias aos princípios defendidos pelo movimento. Por outro lado, é necessário reconhecer que existem iniciativas que praticam a Economia Solidária, mas não se reconhecem como tal e com elas também podemos aprender muito e ampliar a capilaridade dos Fóruns (FBES, 2013, p. 34).

Iniciativas econômicas com diversas denominações podem ser apenas roupagens diferentes do mesmo capitalismo, baseado em relações sociais hierárquicas e no controle privado dos meios de produção. Por outro lado, como vemos na citação acima, existem iniciativas que não se reconhecem ou não são normalmente reconhecidas como economia solidária mas que são fundamentais na construção dessa outra economia.

10 Fala de Paulo Galo, liderança do Movimento de Entregadores Antifascistas, em matéria de Leonardo Neiva, Gamarevista 2021. Disponível no link <https://gamarevista.uol.com.br/semana/onde-voce-trabalha/paulo-galo-uberizacao-do-trabalho-luta-entregadores-de-aplicativo/>

terceira parte: história da economia solidária

O trabalho coletivo, cooperado e autogestionário sempre existiu, desde os primórdios da história da humanidade. Ainda assim, podemos dizer que a história da economia solidária pode ser contada a partir de duas vertentes:

(1) enquanto práticas e modos de produção já existentes na história antiga e também contemporânea, sobretudo em comunidades tradicionais, que apesar de não se reconhecerem como economia solidária, carregam seus princípios;

(2) como experiências de autogestão e solidariedade que nascem na Europa, a partir da denúncia e organização de trabalhadores e trabalhadoras em resistência ao sistema capitalista.

Abaixo, vamos analisar essas duas vertentes.

Economia Solidária sempre existiu, com outros nomes

A primeira vertente da história da economia solidária se relaciona com as sociedades comunais, quando o ser humano deixou de ser nômade e a propriedade era coletiva. Havia interação harmoniosa com a natureza e o fruto do trabalho realizado era compartilhado, inexistindo classes sociais e relações de dominação, sendo organizações sociais igualitárias.

Estas sociedades comunais ainda estão presentes em todo o mundo, como os povos indígenas na América Latina (com destaque para os povos incas no Perú) e os quilombos brasileiros. São experiências nas quais o poder da coletividade está acima da individualidade.

No nosso país conhecemos a resistência dos povos à opressão, desde a chegada invasora dos europeus nesta terra, com as grandes navegações. As rebeliões indígenas e africanas, a preservação da cultura dos povos tradicionais, são formas de resistência ao colonialismo e ao capitalismo feroz e devastador, que produz riquezas às custas do trabalho mal ou nada remunerado. Trabalho realizado por mãos e corpos femininos, africanos e indígenas, pessoas não brancas e por outros grupos que até hoje são discriminados e considerados inferiores.

As lutas das comunidades tradicionais são permanentes. Nesta foto vemos as mulheres indígenas reivindicando o direito à casa de passagem na capital paranaense em março de 2023.



Segundo dados do Mapeamento Nacional de Economia Solidária, realizado no ano de 2013, 11% dos empreendimentos econômicos solidários eram compostos por povos tradicionais (VERONESE; GAIGER; FERRARINI, 2015). Podemos considerar como povos tradicionais as comunidades quilombolas, comunidades indígenas, ribeirinhas, pescadores artesanais, extrativistas, caboclos, comunidades de terreiro, quebradeiras de coco, cipozeiros entre outros.

Estes povos desenvolvem produção e consumo sustentável, em comunhão com a natureza, sem exaurir os seus recursos. Praticam valores ancestrais da solidariedade, cooperação e igualdade. Lutam para preservar sua história, seu passado e futuro, sua cultura, seus valores, a sua forma de estar e de ser no mundo. Seus direitos são sistematicamente violados porque as terras e demais recursos naturais são cobiçados por quem neles vê somente possibilidades de extração de ganhos materiais e acumulação.

Vamos conhecer, a seguir, a segunda vertente da história da economia solidária, que teve origem na Europa.

Economia solidária como resistência ao capitalismo

A segunda e mais conhecida vertente da história da economia solidária é a resistência ao modo de produção capitalista que teve como marco central a primeira revolução industrial, no início do século XVIII, na Europa. Surgiam, naquele continente, as primeiras fábricas e, com elas, a exploração do trabalho humano. Famílias camponesas foram expropriadas de suas terras para trabalharem nas fábricas em troca de salários irrisórios, longas jornadas e muita opressão, envolvendo gestantes e crianças.

A invasão de terras de outros continentes para extrair matéria prima a ser utilizada nas máquinas da Europa possibilitou a expansão do capitalismo. Um exemplo é a madeira chamada pau brasil, que foi praticamente extinta no nosso país e serviu como importante matéria prima na produção têxtil europeia, abastecendo as máquinas operadas por pessoas pobres exploradas.

A resistência se dava de muitas formas e nasceram movimentos sociais que se opunham àquela situação. Podemos citar o movimento dos luditas (quebradores de máquinas), o movimento comunista, socialista, anarquista e cooperativista. Além de resistirem à opressão, esses movimentos criaram formas diferenciadas de organização econômica, com base na autogestão, solidariedade e cooperação.

O movimento cooperativista se ergueu com a seguinte mensagem: não aceitamos a exploração e o autoritarismo, queremos desenvolver um trabalho coletivo no qual possamos compartilhar os meios de produção, repartir os resultados do nosso trabalho, praticar a democracia participativa, a igualdade, a cooperação e a solidariedade.

Nasceram, então, várias experiências econômicas coletivas e autogestionárias, com destaque para as cooperativas, atuando a partir de princípios não capitalistas e com apoio dos primeiros sindicatos.

Economia solidária no Brasil

Povos imigrantes europeus chegaram ao Brasil no final do século XIX em busca de trabalho e de melhores condições de vida. Encontraram no nosso país a resistência de povos indígenas e africanos escravizados na luta por liberdade, por terra, pelos direitos sociais e culturais.

Alguns destes imigrantes traziam na sua “bagagem”, práticas e ideais anarquistas e cooperativistas, desenvolvidos e assimilados em seus países de origem, influenciando na construção de experiências econômicas anticapitalistas no Brasil.

A economia solidária recebe este nome, no Brasil, no final do século XX, em um contexto de crise econômica e social no mundo todo.

Na década de 1980, a Cáritas Brasileira iniciou um movimento de estímulo à geração de trabalho e renda de forma associada. Na mesma década, universidades públicas brasileiras se mobilizam para apoiar cooperativas e outras formas de organização de trabalhadoras e trabalhadores que atuavam coletivamente de forma autogestionária. Surgiu, então, a Rede Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária (ITCPs) e se iniciou a política nacional de economia solidária.

No ano de 2001 aconteceu o primeiro Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, para discutir um “Outro Mundo Possível” e uma “Outra Economia”, com base na autogestão, no direito ao trabalho associado e à prática dos princípios da solidariedade e cooperação.



No I Fórum Social Mundial (fotos acima), foi criado um grupo de trabalho brasileiro unindo representantes de várias entidades não governamentais, alguns gestores públicos, além de redes urbanas e rurais que já se articulavam, promoviam atividades formativas e desenvolviam ações de economia solidária - nascia o Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES. Mais tarde, como consequência destes encontros, nasce a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária¹¹.

¹¹ Para saber mais: <https://www.rededegestoresecosol.org.br/>.



Fórum Brasileiro de Economia Solidária

O FBES foi responsável pela sistematização dos princípios da economia solidária e passou a organizar as plenárias nacionais.

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) está organizado em todo o país em mais de 160 fóruns municipais, microrregionais e estaduais, envolvendo diretamente mais de 3.000 empreendimentos de economia solidária, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municípios pela Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária¹²

A partir da criação do FBES, a política de economia solidária foi tomando forma. O quadro abaixo apresenta os principais acontecimentos que foram essenciais para conformar a economia solidária como a vemos hoje no Brasil.

Acontecimentos	Ano
I Fórum Social Mundial (I FSM); criação de um grupo de trabalho nacional de economia solidária	2001
Primeira Plenária Brasileira de Economia Solidária - entrega da carta intitulada “Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento” direcionada ao Governo Lula	2002
Segunda Plenária Brasileira de Economia Solidária; criação de uma agenda de mobilização nacional para a Ecosol; criação do Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES (Lei 10.683 e Decreto 5.811);	2003
Criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES pelo Governo Lula	2003

¹² Extraído do site do FBES - <https://fbes.org.br/linha-de-tempo/>

Que Mundo Estamos Construindo?
Economia Popular Solidária

Terceira Plenária Nacional de Economia Solidária	2003
Primeiro Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária; Programa “Economia Solidária em Desenvolvimento” (Plano Plurianual 2004/2007 do Governo Federal)	2004
Criação do Sistema de Informação da Economia Solidária (SIES)	2004
Primeiro Mapeamento Nacional de Economia Solidária no Brasil	2005/2007
Primeira Conferência Nacional de Economia Solidária	2006
IV Plenária Nacional de Economia Solidária	2008
Segunda Conferência Nacional de Economia Solidária	2010
V Plenária Nacional de Economia Solidária	2012
Segundo Mapeamento Nacional de Economia Solidária	2009/2013
Terceira Conferência Nacional de Economia Solidária	2014
Implementação do Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários - Cadsol	2014/2018
Entrega do Plano Nacional de Economia Solidária para a Presidenta Dilma Rousseff	2015
Impeachment da presidenta Dilma Rousseff; SENAES rebaixada a Subsecretaria de Economia Solidária	2016
Eleição do Presidente Jair Bolsonaro; extinção do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e consequentemente da Subsecretaria de Economia Solidária (que tornou-se por meio da MP 870/2019 um departamento vinculado à Secretaria de Inclusão Social e Produtiva Urbana); paralisação do Conselho Nacional de Economia Solidária	2019
Ecosol deixa de ser um departamento tornando-se uma pasta do Departamento de Inclusão Produtiva Urbana, vinculado à Secretaria de Inclusão Social e Produtiva	2020
VI Plenária Nacional de Economia Solidária	2022

Que Mundo Estamos Construindo?
Economia Popular Solidária

Eleição do Presidente Luís Inácio Lula da Silva; reestruturação do MTE e da SENAES	2023
Reinstalação do Conselho Nacional de Economia Solidária	2023
Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprova proposta que cria a Política Nacional de Economia Solidária (PNES) e o Sistema Nacional de Economia Solidária (Sinaes)	2023
Mobilização para a IV Conferência Nacional de Economia Solidária	2024

Fonte: Adaptado de Rayane Souza Costa (2023).

Perceba que nas últimas décadas houve avanços consideráveis na história da economia solidária no Brasil, como a criação de leis municipais e estaduais, a realização de conferências, plenárias, mapeamentos de empreendimentos econômicos solidários e entidades de apoio e fomento, fóruns e formações, a constituição de redes, cadeias produtivas e bancos comunitários.

Você pode observar também pela linha do tempo, que no período de 2016 a 2022 houve uma paralisação e desmonte da estrutura que estava sendo estabelecida em termos de políticas públicas para a economia solidária. Isso se deu pelo fato de ter acontecido um golpe no Brasil, iniciado em 2016, que depôs a presidenta eleita democraticamente e que atingiu o movimento popular, a classe trabalhadora e as políticas sociais de modo geral, incluindo a economia solidária.

Observe ainda que, apesar de a política pública de economia solidária ter declinado em consequência do golpe, o movimento continuou pulsante e reuniu forças para resistir e ainda se fortalecer. A Sexta Plenária Nacional simboliza o quão importante é a organização popular e a autogestão.

Vamos nos dar as mãos para continuar essa história?



Plenária realizada pelo Cefuria em 2023: “sem participação popular não há democracia” com a presença de Gilberto Carvalho, da SENAES.

Quem vai dar continuidade à linha do tempo, colocando mais alguns tijolinhos na construção da economia solidária?

Queremos convidar você, leitora, leitor, para se juntarem ou permanecerem nesta caminhada. Temos muitos desafios pela frente e precisamos de cada pessoa.

Precisamos superar a cultura do individualismo, da competição, da hierarquização nas relações, superar a busca por acumulação de capital, adotando o *bem viver* em todas as dimensões da vida. Que as relações desiguais, de exploração e opressão façam parte de um passado distante e fiquem somente nos livros de história.

É momento de acreditar em outro mundo possível, de cuidar, respeitar e recuperar os nossos recursos naturais, porque a Mãe Terra e todos os seres vivos clamam por socorro e contam com o trabalho de todas as pessoas para restaurar o que a ambição capitalista destruiu e vem destruindo.

Que Mundo Estamos Construindo?
Economia Popular Solidária

Vamos perseguir e praticar esta *outra* forma de compreender, ser e estar no mundo, que requer andar na contramão da lógica vigente, o que ainda é muito difícil. Quando a economia solidária crescer e formos maioria, a solidariedade, a autogestão, a cooperação serão naturais.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 3º, diz que um dos objetivos fundamentais da República é o de “construir uma sociedade livre, justa e solidária”. É nesta direção que caminhamos, mesmo em meio a dificuldades e retrocessos.

As palavras contidas na Carta da Economia Solidária à População Brasileira, escrita durante a VI Plenária Nacional de Economia Solidária (FBES, 2022, p. 70), nos estimula neste caminhar:

“Confiamos na autogestão e por isso a praticamos e lutamos por ela todos os dias. Autogestão que produz justiça econômica, que educa, que garante a propriedade coletiva e a gestão democrática dos empreendimentos econômicos solidários, desfazendo assim a estrutura opressora na qual “o patrão manda e o funcionário obedece”; autogestão que garante o exercício da democracia radical (direta, participativa, inclusiva) contra a desigualdade de participação política que é produto da democracia representativa e seu caráter elitista e excludente.”

Ainda:

“Nós, do Movimento da Economia Solidária Brasileira não nos calaremos e sabemos que não andamos sós. Não andamos sós porque, como dizia o professor Paul Singer, a Economia Solidária há de ser o movimento dos movimentos porque se o trabalho explorador atravessa a vida de todas as pessoas, o trabalho coletivo-associado também haverá de atravessar” (FBES, 2022, p.70).

Contamos com você para irradiar a economia solidária, seja participando de empreendimentos econômicos solidários, seja atuando em entidades de apoio e fomento, seja na gestão pública ou praticando o consumo solidário!

Referências

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - CNES. **1º Plano Nacional de Economia Solidária – Para Promover o Direito de Produzir e Viver de Forma Associativa e Sustentável (2015-2019)**. 2015. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/983>.

COSTA, Rayane Souza. **Redes solidárias: um estudo a partir das percepções e experiências dos/as trabalhadores/as da Rede Mandala - Rede Paranaense de Economia Solidária Campo Cidade**. Dissertação de mestrado. UTFPR, 2023. Disponível em <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/32997>.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - FBES. **Carta de Princípios**. Relatório final da III Plenária Nacional de Economia Solidária. Junho de 2003.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - FBES. **Relatório final da V Plenária Nacional de Economia Solidária. Economia solidária: bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável**. Brasília, 2013. Disponível em <https://fbes.org.br/download/v-plenaria-nacional-de-economia-solidaria/> Acesso em 20.10.2022

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - FBES. **Relatório final da VI Plenária Nacional de Economia Solidária**. 2022. Disponível em <http://www.cefuria.org.br/2023/03/27/documento-final-da-vi-plenaria-nacional-de-economia-solidaria/>.

FREIRE, P. **Pedagogia da solidariedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2014, p. 80-81.

VERONESE, M. V.; GAIGER, L. I.; FERRARINI, A. V. **Sobre a diversidade de formatos e atores sociais no campo da economia solidária**. Cadernos CRH. 2017. Disponível em <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/19978>.

MARX, K. **O capital: Crítica da economia política**. Abril Cultural, 1983. Vol. 1.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo, Centauro, 1984.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Orgs.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

SOUZA, M. S. **Uberização e a insistente ideia de “autonomia”**. IHU. Março de 2024. Disponível em <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/637640-uberizacao-e-a-insistente-ideia-de-autonomia>.

Caminhando nesta estrada, lado a lado, vamos lá.
Construindo um mundo novo e o planeta, transformar
Com humanidade, solidariedade nós vamos vencer
Com muita coragem, esta nossa luta pode nos dizer, que aqui:
Um outro mundo é possível, se a gente quiser
E vejam só, há quem só vê, exclusão e lucro prá manter o poder
Antissocial, neoliberal, mas com a gente vai ser diferente, porque
aqui:
Um outro mundo é possível, se a gente quiser!

(Hino do I Fórum Social Mundial – Porto Alegre, 2001)